



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado,

O Presidente da Câmara Municipal

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS COM COBERTURAS DE DANOS
PRÓPRIOS PARA AS VIATURAS BC-76-NJ E BF-08-UJ**

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506642798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300, e com o e-mail: geral@cm-vvrodao.pt

Artigo 2.º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro com coberturas de danos próprios para as viaturas BC-76-NJ e BF-08-UJ, conforme se descreve no presente caderno de encargos.

Artigo 3.º

Prazo de execução

A prestação de serviços objeto deste contrato, vigora pelo período de 12 meses a contar da data da sua publicitação nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 4.º

Preço

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador do serviço o preço constante da proposta adjudicada, cujo valor total se estima em 11.119,18€ (onze mil, cento e dezanove euros e dezoito cêntimos), isentos de IVA, dos quais 6.958,49€ (seis mil novecentos e cinquenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos) correspondem à viatura BF-08-UJ e 4.160,69€ (quatro mil cento e sessenta euros e sessenta e nove cêntimos) correspondem à viatura BC-76-NJ.
2. O valor referido no n.º 1, é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços objeto do presente procedimento.
3. O montante estimado referido no número 1 do presente artigo que deve considerar-se o preço base, nos termos do art.º 47 do CCP como montante máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do procedimento.

Artigo 5.º

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Velha de Rodão, nos termos dos artigos anteriores, deverão ser pagas após a receção nos serviços do Município dos respetivos avisos de pagamento/faturas.
2. As condições de pagamento do encargo resultante da aquisição das apólices objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no regime do contrato de seguro e com a periodicidade prevista no programa de seguros (Parte II do CE).
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Vila Velha de Rodão de forma eletrónica ou via email para faturacao@cm-vvrodao.pt, com a indicação do respetivo número de compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Velha de Rodão, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

Artigo 6.º

Contrato

O procedimento dará lugar a contrato escrito, que será assinado nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelo prestador de serviços, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar e quando a eles houver lugar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, quando a eles houver lugar;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, quando a eles houver lugar.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Artigo 7.º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Assegurar a emissão das apólices de seguros conforme constante no presente caderno

de encargos;

- b) Designar um gestor do contrato, por forma a garantir uma interligação eficaz com o Município de Vila Velha de Ródão, bem como de comunicar quaisquer alterações relativamente à sua designação
 - c) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o prévio consentimento da entidade adjudicante;
 - d) Dar resposta a qualquer solicitação da entidade adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;
 - e) Comunicar à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - f) O adjudicatário deverá garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do plano de seguros abrangido pelo contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento;
 - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - h) Nos casos em que, por virtude do estipulado na alínea anterior, haja lugar a estorno do prémio por cessação antecipada o mesmo deverá ser entregue a entidade adjudicante no prazo de 5 dias uteis
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - j) Fornecer caixas de primeiros socorros para as viaturas;
2. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea d) do número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produz efeitos na data do vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à entidade adjudicante, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de receção, sob pena de ineficácia.
3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 8.º

Obrigações da entidade adjudicante

- 1. Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço total que constar da proposta adjudicada, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.
- 2. O preço total previsto no número anterior é pago, pela entidade adjudicante, de acordo com o fracionamento previsto na Parte II do Caderno de Encargos.

3. Os avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada principal de cada entidade adjudicante.
4. O preço referido anteriormente incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Artigo 9.º

Objeto do Dever de Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Artigo 10.º

Proteção de dados pessoais

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento U.E 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o Município, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o Adjudicatário e o Município e também depois do final da relação entre o Adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços.
4. A devolver, mediante solicitação por escrito do Município, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com o Município.
5. Notificar imediatamente o Município caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

Artigo 11.º

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo III

Penalidades Contratuais e Resolução

Artigo 12.º

Penalidades Contratuais

Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a entidade adjudicante a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.

Artigo 13.º

Resolução

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila Velha de Rodão poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste caderno de encargos;
 - b) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;
 - c) Equipara-se a recusa expressa a falta de pagamento no prazo de 15 dias úteis da notificação solicitando o pagamento de penalidades.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila Velha de Rodão.
- 3 – A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer acção que venha a ser interposta por parte do Município de Vila Velha de Rodão com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV Disposições Finais

Artigo 14.º Caução

Não exigível nos termos previstos no artigo 88.º n.º 2 alínea a) do CCP, exceção feita ao previsto na cláusula 19.º do Programa de Procedimento.

Artigo 15.º Foro competente

Para resolução de todos os litígios emergentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 16.º Subcontratação e Posição Contratual

Não é permitida a subcontratação ou cessão da posição contratual para efeitos de cumprimento do objeto do contrato.

Artigo 17.º Responsabilidade

- 1-O adjudicatário responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Vila Velha de Rodão, seus trabalhadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no presente caderno de encargos e seus anexos.
- 2 - Se o Município de Vila Velha de Rodão tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo ao Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

- 3 - O Município de Vila Velha de Rodão não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Artigo 18.º

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, identificada no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 19.º

Legislação Aplicável

Para todas as matérias não contempladas, relativas ao procedimento e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

O Município de Vila Velha de Ródão pretende contratar seguros anuais para os veículos pesados abaixo discriminados.

Autocarro Mercedes INTOURO

Viatura: Mercedes Modelo: 633 02	Matrícula: BF-08-UJ	
Cilindrada: 7698cm3	Capital: 185.631,41€	
Nº de lugares: 56		
Coberturas	Capital	Franquia
Responsabilidade Civil		
Responsabilidade Civil Obrigatória Danos Corporais	12 900 000,00 €	Não aplicável
Responsabilidade Civil Obrigatória Danos Materiais	2 600 000,00 €	Não aplicável
Responsabilidade Civil Facultativa	34 500 000,00 €	Não aplicável
Assistência		
Assistência em viagem VIP pesados	Sim	
Proteção		
Despesas Tratamento Condutor	2 250,00 €	Não aplicável
Despesas Tratamento Ocupantes	1 500,00 €	Não aplicável
Morte ou Invalidez Permanente	15 000,00 €	Não aplicável
Danos Próprios		
Franquia zero em quebra de vidros	Sim	
Atos de Vandalismo	185.631,41€	2%
Choque Colisão Capotamento	185.631,41€	4%
Fenómenos da Natureza	185.631,41€	2%
Furto ou Roubo	185.631,41€	0%
Incêndio, Raio ou Explosão	185.631,41€	4%

Viatura de Recolha de Resíduos Sólidos

Viatura: Volvo	Matrícula: BC-76-NJ	
Cilindrada: 7698cm3	Capital: 154.611,98€	
Coberturas	Capital	Franquia
Responsabilidade Civil Obrigatória Danos Corporais	6 450 000,00 €	
Responsabilidade Civil Obrigatória Danos Materiais	1 300 000,00 €	
Despesas Tratamento Condutor	2 250,00 €	
Despesas Tratamento Ocupantes	1 500,00 €	
Morte ou Invalidez Permanente	15 000,00 €	
Atos de Vandalismo	154.611,98€	2%
Choque Colisão Capotamento	154.611,98€	2%
Quebra de Vidros		50,00 €
Fenómenos da Natureza	154.611,98€	2%
Furto ou Roubo	154.611,98€	0%
Incêndio, Raio ou Explosão	154.611,98€	2%
Assistência em viagem		

Os seguros deverão excluir o serviço de reboque (atrelado), bem como o serviço de transportes internacionais visto que ambos apenas realizam trabalho em território nacional.

Os veículos não efetuam transporte de matérias perigosas.

Na proteção dos ocupantes e condutor, as garantias de morte ou invalidez permanente e despesas de tratamento devem aplicar-se a todos os ocupantes.

No caso do veículo pesado de passageiros, a cobertura de responsabilidade civil obrigatória deverá, sem prejuízo dos limites de indemnização, ter como sub-limites de indemnização por lesado de 1.300.000,00€ para danos materiais e 6.450.000,00€ para danos corporais.